



ENSINO REMOTO NA PANDEMIA EM PERNAMBUCO: DIFICULDADES DISCENTES

Alexsandra Paixão da Silva

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Ministério da Saúde apresentou o primeiro contágio de Covid-19 em 26 de fevereiro de 2020, na região sudeste, em São Paulo. Desde então, passado mais um ano desses eventos citados anteriormente, o mundo ainda está sofrendo com as consequências do Corona Vírus, pois mesmo com a criação de vacinas, o número de mortes ainda é grande, sendo necessário continuar a se fazer o isolamento social, repercutindo sobre o afastamento de milhares de estudantes da escola regular, que deixaram de assistir aulas de forma presencial, passando a assisti-las de forma remota.

Portanto, neste artigo, o objetivo geral será identificar as transformações no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da educação básica, a partir da instituição do ensino remoto nas escolas de Pernambuco. Como objetivo específico se elenca: identificar as dificuldades que os alunos da educação básica encontraram para se adaptarem ao ensino remoto.

METODOLOGIA

A realização de uma pesquisa implica na organização de todos os passos a serem percorridos de forma a sistematizá-la. De acordo com (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 12), a “metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciências”. Deixemos bem claro que existe diferença entre metodologia e método, o primeiro está relacionado ao caminho proposto para se chegar ao objetivo proposto indo além da descrição dos procedimentos, ou seja, é de fato a escolha teórica adotada pelo pesquisador a fim de que seja alcançado o objetivo de estudo.

Em resumo poderíamos dizer que a metodologia adotada em uma pesquisa nada mais é do que os métodos e técnicas utilizadas pelo pesquisador para a realização de um trabalho, sendo que os procedimentos e o rigor a ser utilizado é que vai permitir o caráter científico da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a decretação do estado de emergência por causa da pandemia da Covid-19, muitas secretarias de educação empreenderam o ensino remoto como prática educacional, argumentando tanto a não paralisação do calendário escolar, quanto a não perda do ano letivo. No cerne dessa questão, questionamos o discurso do processo de ensino e aprendizagem por meio remoto e não à distância. A esse respeito, Moreira e Sclemmer (2020) conceituam o ensino remoto como:

O termo remoto significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O Ensino Remoto ou Aula Remota se configura então, como uma modalidade de ensino ou aula que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e estudantes e vem sendo adotada nos diferentes níveis de ensino, por instituições educacionais no mundo todo, em função das restrições impostas pelo COVID-19, que impossibilita a presença física de estudantes e professores nos espaços geográficos das instituições educacionais. (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p.8).

Baseado no exposto anteriormente, como realizar um ensino remoto partindo do protagonismo dos estudantes, se a sociedade ainda não aprendeu a integrar os conhecimentos, sendo todos divididos em conteúdos intitulados disciplinas. Nesse contexto, o ensino remoto manteve a mesma estrutura do presencial, ou seja, o currículo, a metodologia e práticas pedagógicas, diferenciando-se no fato de que foi transportado para os ambientes digitais, cujo processo se centra na transmissão de conteúdos.

Para os estudantes, essa mudança repentina representou um sentimento de angústia e medo, pois se faz necessário contextualizar que essa forma de ensino foi alçada sem nenhum preparo anterior para com os estudantes, que tiveram, de forma abrupta, de se adaptar a modalidade de ensino remoto.

Outrossim, em um país de extensão territorial grande e de desigualdade econômica, é essencial esclarecer que muitos estudantes não possuem celular e/ou computador individual para usar em casa, associado ao fato de que tais alunos tinham na escola a possibilidade de, além de usar o computador coletivo e o wi-fi, se alimentar com o que era ofertado na merenda escolar.

Sendo assim, motivado pela Pandemia do Covid-19, os estudantes tiveram que se isolar em casa, deixar de frequentar as aulas e se acostumar à rotina de assistir aulas por meio do ensino remoto, usando o computador ou celular. Para Valente (2005, p.13) o ensino remoto se resume em duas configurações: “a informação que deve ser acessada e o conhecimento que deve ser construído pelo aprendiz”, o qual passa ser o protagonista de sua própria aprendizagem.

Aos alunos, coube a reestruturação em tempo recorde paralela a necessidade de aprender a usar o ambiente virtual mudando significativamente a sua trajetória (HAGEMeyer, 2016). Na reconfiguração da escola, existe uma nova relação com o saber em tempos de cibercultura (LEVY, 1999), que segundo Lemos (2003, p. 11) “é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais. Vivemos já a cibercultura. Ela não é o futuro que vai chegar, mas o nosso presente”.

Gómez (2015) afirma que a Pandemia do Covid – 19 veio redefinir o fluxo de informações na escola. Contudo, mesmo adotando o ensino remoto, as escolas continuaram a valorizar as suas características tradicionais, mesmo usando tecnologias digitais, “uma instituição mais acomodada às exigências do século XIX do que aos desafios do século XXI” (GÓMEZ, 2015, p. 33).

Para Lemos (2003), a reconfiguração escolar por meio da cibercultura terá que considerar

uma primeira lei seria a lei da Reconfiguração. Devemos evitar a lógica da substituição ou do aniquilamento. Em várias expressões da cibercultura trata-se de reconfigurar práticas, modalidades midiáticas, espaços, sem a substituição de seus respectivos antecedentes. (LEMOS, 2003, p. 18).

O importante é entendermos que a escola deverá ser reconfigurada com a participação de todos os atores, gestores, professores e alunos, respeitando as outras duas leis da cibercultura:

A segunda lei seria a Liberação do pólo da emissão. As diversas manifestações socioculturais contemporâneas mostram que o que está em jogo como o excesso de informação nada mais é do que a emergência de vozes e discursos anteriormente reprimidos pela edição da informação pelos mass media. A liberação do polo da emissão está presente nas novas formas de relacionamento social, de disponibilização da informação e na opinião e movimentação social da rede. Assim chats, weblogs, sites, listas, novas modalidade midiáticas, e-mails, comunidade virtuais, entre outras formas sociais, podem ser compreendidas por essa segunda lei.

A terceira lei é a lei da Conectividade generalizada que começa com a transformação do PC em CC, e desse em CC móvel. As diversas redes sociotécnica contemporâneas mostram que é possível estar só sem estar isolado. A conectividade generalizada põe em contato direto homens e homens, homens e máquinas, mas também máquinas e máquinas que passam a trocar informação de forma autônoma e independente. Nessa era da conexão o tempo reduz-se ao tempo real e o espaço transforma-se em não-espaço, mesmo que por isso a importância do espaço real, como vimos, e do tempo cronológico, que passa, tenham suas importâncias renovadas. (LEMOS, 2003, p.19).

Se entendermos estas leis, saberemos aplicar o conhecimento e a informação em um círculo de retroalimentação acumulativa entre a inovação e seus usos. No entanto, Gómez (2015) alerta que, neste momento, se deve atentar para o fato de que existem grupos sociais mais desfavorecidos em que muitas famílias são excluídas digitalmente, sobrevivendo nas periferias com estruturas mínimas de internet e das tecnologias.

Nesse contexto, se enfatiza que quando os estudantes têm acesso à internet, o foco das buscas na rede de navegação são em

itens como: assistir filme, séries, programas e vídeos online (93%), mandar mensagem por meio de aplicativos (88%), pesquisar coisas na internet por curiosidade ou vontade própria (87%) e, ainda, o uso das redes sociais (80%). Já o uso da internet para a postagem de textos, imagens e vídeos produzidos pelos próprios alunos, ou seja, para atividades de produção de conteúdo, foi menos frequente (44%). (TIC EDUCAÇÃO, 2018, p. 127).

Nesse aspecto, não há a cultura entre os estudantes de pesquisar sites para produzir conteúdo, usando somente para seu próprio entretenimento. Tudo que observamos é inerte, repartido por produtos de gêneros: entretenimento, informativo, especial... Um registro do que está à disposição para ser mostrado no “palco principal” o monitor em que será exibida a imagem do compositor/ministro/cantor. A navegação, a busca da página incentiva ao internauta a explorar e formar caminhos do que foi passado. O link chamado “Tour Virtual”, trabalha como um tutorial de processos, orientando o utilizador a usar os materiais que estão dispostos na plataforma e colocá-los para aparecer na tela principal.

Para tanto, antes de infringir a obrigatoriedade do uso do ensino remoto pelos estudantes, teria que, conforme Fraga (2010) se fazer uma pesquisa social entre as famílias, buscando:

a) pesquisar dados de realidade quantitativos, imprescindíveis para trazer retratos da realidade, dimensionar os problemas que se investiga;

b) investigar sobre as informações qualitativas da realidade, permitindo ao primeiro conhecer as percepções dos segundos, os significados que atribuem a suas experiências, seus modos de vida, ou seja, oferece subsídios para trabalhar com o real em movimento, em toda a sua plenitude;

c) desvendar e problematizar a realidade social, apreendendo os modos e as condições de vida dos sujeitos com seus condicionantes históricos, sociais, econômicos e culturais, necessidades, demandas;

d) intervir na realidade social com base na apreensão do movimento contraditório do real, a partir do seu desvendamento e problematização (FRAGA, 2010, p. 47).

Por circunstâncias sócio históricas e institucionais do contexto brasileiro marcado por embates, retrocessos e avanços no seio político, o Estado, ao mesmo tempo em que impõe o uso do ensino remoto, precisa intervir por meio da mediação instrumentalizada.

Nesse ângulo, é necessário ter claro como serão atendidas as demandas que compõem a necessidade dos estudantes conseguirem se adequar ao ensino remoto, pois a exclusão digital dificulta o desempenho acadêmico, a inclusão social e a qualidade de vida dos discentes, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e /ou risco social, por meio da realização de diversas atividades, dentre as quais, atendimento e orientação social individual e/ou em grupo; acompanhamento social e interdisciplinar ao discente; realização de acompanhamento psicológico, tudo a ser realizado respeitando-se o afastamento social.

A escola sozinha não é capaz de formar um cidadão integral, é necessária a interação das atividades escolares com as diversas áreas que envolvem a vida cotidiana dos alunos, com a interação entre os diversos conhecimentos, compondo uma teia de ligação entres os múltiplos saberes oferecidos na escola e nos espaços sociais em que o aluno está inserido (ERNICA, 2006).

Anísio Teixeira (1994) defendia que a escola de qualidade deveria “trazer a vida para a escola”, portanto, proporcionando aos alunos atividades variadas correlacionadas à cultura já vivenciada pelos educandos em sua vida em família e social. Desta forma, os alunos passariam de sujeitos passivos no processo educacional para ativos, construindo sua própria aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é espaço educador, colabora na construção de conceitos e permite aos alunos vivenciarem experiências que contribuam na construção de novos conhecimentos ou na

afirmação de saberes já existentes. A relação escola e comunidade em um território educativo podem cooperar significativamente para a formação do cidadão, compreendendo como cidadão o sujeito que participa ativamente das decisões e se reconhece como parte integrante de sua comunidade, crescendo junto com ela, vendo sua evolução pessoal e a melhoria de vida e de todos os sujeitos que coabita no mesmo espaço.

A troca de conhecimentos adquiridos com a comunidade não tira a responsabilidade da escola no planejamento e sistematização da educação formativa dos cidadãos. A comunidade tem a função de parceira que muito enriquece e ajuda no processo de formação dos alunos. Contudo, devido à Pandemia do Covid-19, a comunidade não foi ouvida, sendo o processo de ensino e aprendizagem por meio remoto institucionalizado para os estudantes sem ouvi-los, não se reconhecendo a grande disparidade social que existe no Brasil.

REFERÊNCIAS:

ERNICA, Maurício. *Percurso da Educação Integral no Brasil*. In: Seminário Nacional: **Tecendo redes para educação integral**. São Paulo, 2006.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2010.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.(orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GÓMEZ, Á. I. & Pérez. **Educação na era digital: a escola educativa**. Porto Alegre: penso, 2015.

HAGEMEYER, R. C. C. SÁ, R. A. GABARDO, C. V. **Diálogos Epistemológicos e Culturais**.2016.

LEMONS, A., & CUNHA, P (orgs). **Olhares sobre a Cibercultura**. Sulina, Porto Alegre, 2003; pp. 11-23.

LEVY, P. **Cibercultura**. Ed. 34, São Paulo. 1999.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. **Por um novo conceito e paradigma de educação digital** online. In: Revista UFG, 2020, V. 20, 6343.

TEXEIRA, Anísio Spínola. **Educação não é privilégio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

VALENTE, J. A. ALMEIDA, M. E. B. **Narrativas digitais e o estudo de contextos de aprendizagem**. EM REDE, Porto Alegre/RS, V1, N°1, p 32 – 50, 2014.

VALENTE, J. A. **Aspectos críticos das tecnologias nos ambientes educacionais e nas escolas**. Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro/ RJ, V2, N° 3, p 11- 28, Jan/Jun, 2005.